



TECENDO TERRITÓRIOS NA PERIFERIA BRASILEIRA: TERRITORIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS COLETIVAS POR MULHERES COSTUREIRAS (ESPAÇOS E DIFERENÇAS: GÊNERO, RAÇA, ETNIA E DIVERSIDADE)

Maria Cecília Pereira da Rocha

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | mceciliapereirar@gmail.com

Sessão Temática 11: Espaços e diferenças: gênero, raça, etnia e diversidade

Resumo: Propõe-se articular gênero e trabalho com dinâmicas territoriais de periferia no intuito de compreender como esta articulação incide em processos de territorialização periférica, bem como as formas de vivência nesses territórios afetam questões de gênero e a relação com o trabalho, incluindo trabalhos reprodutivos e de cuidado. Desde uma discussão teórica que traz os conceitos de corpo-território e extrativismo ampliado para situar a escrita a partir de corpos não-neutros em abordagem descolonial, busca-se situar a interseção de marcadores sociais que impactam o direito de grupos sociais de mulheres da periferia à cidade e renda como intensificadores da exploração por agentes hegemônicos, em particular pelo capital financeiro global. Contudo, tanto a discussão teórica como o caso de estudo apresentado (experiência coletiva de trabalho feminino na periferia de Porto Alegre) apontam que, articulados, esses marcadores potencializam transformações que podem contribuir na construção de alternativas possíveis de transformação social e viabilização de outros modos de re-existência urbana, capazes de incidir nas desigualdades socioespaciais do país.

Palavras-chave: corpo-território; territórios de periferia; trabalho feminino; economia feminista.

WEAVING TERRITORIES IN BRAZILIAN PERIPHERY: SEAMSTRESSES WOMEN TERRITORIALIZING COLLECTIVE PRACTICES

Abstract: *This article aims to articulate gender and labor with territorial dynamics on peripheral areas, and to comprehend how these factors affect territorialization processes, and how experiencing peripheral territories affects matters of gender and the relation with labor, including reproductive and care labor. From a theoretical discussion that presents the concepts of body-territory and expanded extraction to situate the writing process from non-neutral bodies on a decolonial approach, it is intended to visualize this intersection of social markers that impact on the right of these social groups to urban spaces and income as a way to raise the exploitation of these groups by hegemonic agents, specially by global finances. Yet, both the theoretical discussion and the case of study (a self-led collective work organization by women of the periphery of Porto Alegre) here presented show that, articulated, these markers can potentialize transformations that contribute to the construction of possible alternatives to social transformation and viability of other ways of urban existence and resistance that can affect the social and special inequalities of the country.*

Keywords: *body-territory; peripheral territories; women's work; feminist economy.*

TECIENDO TERRITORIOS EN LA PERIFERIA BRASILEÑA: TERRITORIALIZACIÓN DE PRÁCTICAS COLECTIVAS POR MUJERES COSTURERAS

Resumen: *Buscase articular género y trabajo con dinámicas territoriales en áreas de periferia para comprender como estes factores afectan los procesos de territorialización, y como la vivencia en estos territorios afecta cuestiones de género y la relación con el trabajo, incluso el trabajo reproductivo y de cuidado. Desde una discusión teórica que presenta los conceptos de cuerpo-territorio y extractivismo ampliado para situar la escritura a partir de cuerpos non-neutros en abordaje descolonial, buscase situar la intersección de marcadores sociales que impactan el derecho das mujeres a los espacios urbanos y a renda como intensificadores de la explotación de estas por los agentes hegemónicos, sobretudo por el capital financiero global. Contudo, tanto la discusión teórica cuanto el caso de estudios presentado (una experiencia de trabajo colectivo autoguiado por mujeres en periferia) mostraron que, articulados, estes marcadores potencializan transformaciones que contribuyen para la construcción de alternativas posibles de transformación social y viabilizan otras formas de re-existencia urbana capaces de incidir en desigualdades socio-espaciais del país.*

Palabras clave: *cuerpo-territorio; territorios de periferia; trabajo das mujeres; economía feminista.*

INTRODUÇÃO

Esse artigo é fruto de dissertação de mestrado que tem como tema a relação entre gênero e trabalho em territórios de periferia, no intuito de compreender os efeitos territoriais do trabalho feminino voltado à geração de renda em espaços de periferia, e efeitos do território periférico no trabalho e na vida das mulheres que nele habitam e trabalham. Para tal, será discutido aqui o corpo como território a partir da ideia-força de corpo-território, levando em consideração as diferenças que os corpos femininos e feminizados enfrentam estruturalmente e na vida cotidiana, em parte através das violências de gênero propriamente ditas, mas principalmente tratando da divisão sexual do trabalho que deixa as tarefas de reprodução da vida e os trabalhos de cuidado a cargo das mulheres, causando sobrecarga e empobrecimento feminino. Também serão discutidas as finanças como território, já que são um aspecto da vida das pessoas, sobretudo das mulheres e das classes populares, que são vistas como lugar de extração de valor para concentração cada vez maior de capital financeiro na mão de grandes empresas globais. Pretende-se, com isso, articular aspectos das implicações que gênero e trabalho têm nos territórios, nesse caso, periféricos, e como o território afeta aspectos de gênero e acesso ao trabalho remunerado, buscando maior entendimento das dinâmicas que compõem essa articulação. Posteriormente, será brevemente apresentado o caso de estudos da referida dissertação, que é de uma cooperativa de mulheres costureiras localizada na periferia de Porto Alegre/RS e que tem uma relação próxima e intensa com o território onde se localiza, trazendo aspectos importantes para as discussões sobre gênero no planejamento urbano e como os territórios de periferia, muitas vezes, se organizam a partir de brechas na matriz colonial-capitalista de opressão, tendo forte atuação das mulheres, que são a maioria das chefes de família nos territórios periféricos e também maioria nos movimentos comunitários e de bairro.

TERRITÓRIO: AFIRMANDO UM CORPO (MULHER) NA AMÉRICA LATINA

Para compreender como ocorrem essas relações em território de periferia no Sul Global, mais especificamente na América Latina, partimos do que Veronica Gago (2020) denomina de extrativismo ampliado, um conceito a partir do qual é possível traçar, partindo de um pensar situado feminista latino-americano, a relação que existe entre as formas de exploração que se realizam na América Latina que se diferencia dos modos de exploração que acontecem no norte-atlântico, tanto na exploração da força de trabalho, como na exploração de matéria-prima. Há, sobretudo na América Latina, a marca do aspecto territorial dessa exploração, e há também uma linha borrada da racialidade, da classificação etária, e dos aspectos de gênero e sexualidade, que são usados como brecha para uma exploração ainda maior de corpos que acabam por ter maior grau de vulnerabilidade social devido a essas sobreposições de opressões.

O extrativismo ampliado, segundo Gago (2020, p. 110), é configurado por “todas as formas de espoliação e exploração (do extrativismo propriamente dito, de matérias-primas, ao extrativismo digital e financeiro) que articulam a máquina de valorização capitalista”. Esse extrativismo toma maior força na América Latina porque é onde, ainda hoje, a exploração dos recursos naturais tem caráter colonial: se relaciona com forte exploração de mão-de-obra e com a violação dos corpos das mulheres e da população negra; produz dívida às classes já mais exploradas; carrega de negatividade territórios populares; e produz a desmobilização e desorganização de aspectos culturais chaves dos grupos que atacam.

Diante de fluxos cada vez mais rápidos de capital, da construção e destruição cada vez mais veloz de edificações e até de cidades; ao mesmo tempo que a globalização conecta ideias e pessoas geograficamente muito distantes entre si, distancia outras relações que possuíam caráter de proximidade, tornando mais urgente que se situe a discussão no território, mas um território que tem corpo e lugar.

De acordo com Milton Santos (1999, p. 20-21), a adaptação cada vez maior do planejamento territorial e da política às vontades das empresas produz uma instabilidade do território que ocorre de cima para baixo, gerando ordem para as grandes empresas e desordem para todos os outros agentes e para o próprio território. Essa perspectiva situa bem o debate no caso dos países “de baixo”, onde, de acordo com Haesbaert (2020, p. 76), temos por ação característica uma leitura territorial a partir do vivido e das práticas que no território acontecem. Uma dessas leituras é a de Santos (1999) sobre o território usado, que fala da dimensão do cotidiano que se exerce nos espaços, só assim podendo, então, o território ser tomado como categoria de análise, diferentemente da ideia avulsa de território. Isso salienta a implicação dos grupos e das suas práticas vivenciadas nesses territórios.

A ideia-força de corpo-território (GAGO, 2020), que trata como indissociáveis os corpos que ocupam um território entre si, assim como esses corpos do território que ocupam fala dessa escala do vivido, do “acontecer solidário” (SANTOS, 1999, p. 17), do fato de as forças que acometem um território atingirem as pessoas que nele estão, e vice-versa. Essa leitura é comumente feita a partir dos países da América Latina, sobretudo a partir de movimentos sociais e de grupos e organizações que veem as identidades e o uso do território como ferramenta de transformação social e luta, havendo, assim, uma diferença em relação às leituras eurocêntrica e anglo-saxônica do território, que priorizam as propriedades jurídico-políticas do território, bem como as ações dos grupos hegemônicos (HAESBAERT, 2020, p. 76).

Essa diferença na abordagem teórica (e metodológica) que ocorre entre os países do Norte e do Sul Global faz parte de uma disputa de poder e do direito à autonomia para os países “de baixo”. Essa autonomia é implicada nos corpos das pessoas, nas disputas pelos direitos, nas relações sociopolíticas que se dão entre territórios. A categoria de análise social utilizada aqui é a do território usado: “o que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida” (SANTOS, 2005, p. 7): está na escala do cotidiano, onde ocorre a produção e a reprodução da vida, que

fazem confluir território e gênero — as questões de gênero nos territórios, e a territorialidade implicada nas questões de gênero — e território e trabalho, considerando gênero e trabalho aspectos-chave da reprodução social.

O CORPO COMO TERRITÓRIO

Assumir a corporeidade numa discussão teórica de um trabalho acadêmico começa por confrontar a ideia cientificista moderna de se pretender neutro e universal. Ao mesmo tempo, gênero é experiência corpórea incessante: a sociedade colonial-moderna-branca-patriarcal na qual vivemos não permite que alguém se “desnude” de ter gênero, exceto os “sujeitos universais”, para quem o mundo é organizado. Dessa forma, é inevitável que a discussão de gênero, engendrada à territorialidade, trate de corpo. A importância de falar a partir de mulheres e corpos feminizados se deve, em parte, porque “sabemos que homens e mulheres experienciam o território de formas diferentes, e a leitura e análise do território pode ser muito mais rica e abrangente se levar em conta a experiência feminina” (CYMBIALISTA; CARDOSO; SANTORO, 2008, p. 8).

A atenção dada pelas feministas para “o poder da corporeidade ao mesmo tempo como objeto de exercício do poder e como sujeito (corporificado) de resistência” (HAESBAERT, 2020, p. 76) permite que se faça uma reconceitualização territorial “a partir das mulheres, porque nós mulheres somos as que estamos subordinadas” (CARVAJAL, 2020, p. 203). Baseando-se nessa reconceitualização podemos contrariar os conjuntos de imagens e ideias que se compõem de forma conjugada a partir de dicotomias: “ocidental = urbano = desenvolvido [masculino/branco/ hétero/cis]; ou não ocidental = não industrial = rural = agricultor = subdesenvolvido [feminino/racializado/não-hétero/trans]” (HELENE, et al. 2022, p. 71), e, assim, entender espacialidades e processos de territorialização que partem da escala do corpo, que é tão intensa para as mulheres.

A modernidade teve como aspecto chave da efetivação de seu funcionamento a domesticação dos trabalhos reprodutivos e de cuidado, aqueles afazeres executados pelos corpos feminizados e racializados. Por consequência, as mulheres, sobretudo as pobres e negras, ficam reféns no/do ambiente doméstico. “A cena doméstica e as mulheres que a habitam tornam-se sobras marginais” (SEGATO, 2021, p. 110) que acabam por estar também às margens do Estado, da esfera pública, intensificando a dicotomia público-privado e distanciando essas atividades de reprodução, sistematicamente impostas às mulheres, das esferas pública e política.

A “inserção das mulheres” — quais mulheres foram inseridas e quais sempre foram força de trabalho explorada e mal/não paga? — no mercado de trabalho não modificou a distribuição dos afazeres domésticos: entre os homens, no Brasil, o número de horas dedicadas aos afazeres domésticos ou a tarefas de cuidados de pessoas é de onze horas por semana, independente de raça ou faixa salarial. Entre as mulheres brasileiras, o número médio de horas por semana dedicadas aos mesmos afazeres é de vinte e uma horas, sendo esse

número relativamente maior entre as mulheres negras do que as brancas (vinte e duas horas para as negras e vinte horas e meia para as brancas), e o número é consideravelmente maior entre as mulheres que vivem com os menores rendimentos se comparadas as que vivem com os maiores rendimentos (os 20% das mulheres com os menores rendimentos dedicam vinte e quatro horas por semana aos afazeres domésticos e de cuidado, enquanto os 20% com os maiores rendimentos dedicam dezoito horas por semana a esses afazeres) (IBGE, 2021). Esses dados demonstram que as sobreposições de marcadores — no caso gênero, classe e raça —, se relacionam desde a fundação que nos estrutura socialmente, salientando a importância de se compreender a relação das mulheres com o trabalho no Brasil e suas implicações territoriais.

Além disso, a invisibilização dessas tarefas desvaloriza o trabalho remunerado de cuidado e o trabalho reprodutivo não-remunerado, fortalecendo relações hierárquicas patriarcais e impedindo que mulheres sejam agentes fortalecidas e ativas em espaços de poder e representação, apesar de serem mais atentas às necessidades familiares e coletivas devido às suas responsabilidades domésticas e familiares. Quando consegue ou precisa, devido ao acúmulo de funções, sair do confinamento, “a mulher leva consigo o espaço doméstico para o público, e nesse sentido é necessário exigir do público, que este lhe dê condições de participar desse espaço” (SANTORO, 2008, p. 14).

No entanto, os atravessamentos da modernidade tardia (MARZULO, 2005; 2007a) que causam empobrecimento, precarização trabalhista, diminuição dos serviços públicos ofertados pelo Estado (GAGO, 2020, p. 161), implicam diretamente no exercício das tarefas reprodutivas efetuadas pelas mulheres e grupos feminizados, que ficam cada vez mais sobrecarregadas. O “alargamento extensivo da jornada de trabalho no espaço doméstico e a disponibilidade permanente como recurso subjetivo primordial” (VILAÇA; FREITAS, 2020, p. 236) são parte das violências às quais as mulheres são submetidas e que são invisibilizadas na medida que existe o que Gago (2020, p. 41) denomina de produção política do lar como confinamento. Essa dimensão “gratuita, não reconhecida, subordinada, intermitente” (VILAÇA; FREITAS, 2020, p. 236) do trabalho reprodutivo é uma das maneiras nas quais as economias populares se estruturam, atravessadas pelo processo atual de precarização da vida em si, sobretudo para as mulheres negras das classes populares.

Existe na América Latina uma ampla dominação patriarcal da sociedade, que é fortalecida pela dominação e exploração colonial; além de uma economia de caráter extrativo que tem sérias implicações na desigualdade de gênero. “Essas violências se moldam em uma dimensão territorial específica” (VILAÇA; FREITAS, 2020, p. 243), onde espaços extrativistas são “altamente masculinizados e a instalação de empresas provoca uma ‘patriarcalização dos territórios’” (HAESBAERT, 2020, p. 78-79). Indígenas, comunidades negras e mulheres desses grupos sociais tem sido as principais protagonistas a tratar o território como corpo, “ou melhor, a problematizar a concepção de ‘corpo-território’ na América Latina e utilizá-lo como ferramenta de luta” (ibid.), justamente por serem fortemente afetadas por esse sistema. Por

isso a importância de discutir com base nesse olhar, que fala desde lugares e dá outros contornos às problemáticas que temos hoje de desigualdade social, exploração e falta de acesso a direitos básicos.

Ao considerar a ideia-força de corpo território, busca-se “desarmar esse binarismo que reproduz um naturalismo de certas regiões diante da abstração sofisticada de outras” (GAGO, 2020, p. 120). Também se pode, dessa forma, denunciar a relação conscientemente articulada e de co-dependência existente entre o capital, o colonialismo e o patriarcado que, assim, se reproduzem como relação de obediência (VILAÇA; FREITAS, 2020, p. 243).

“As demandas populares por justiça foram sempre interpretadas como uma expressão das facetas da natureza humana que ainda não haviam sido domesticadas pela racionalidade” (DAS; POOLE, 2008, p. 23, tradução nossa), tratando essas demandas como aspectos dos grupos reivindicadores que precisavam ser tolhidas, eliminadas, enclausuradas. Isso é visível nas relações entre o Estado e grupos historicamente marginalizados que são estigmatizados de diversas maneiras até hoje, e que sofrem repressão e violência colonial com a suposta justificativa de necessidade de domesticação, desenvolvimento e até de “salvação” cultural e religiosa.

O território, político por natureza, responde a esses ataques de formas diversas, sempre atrelado aos corpos que nele habitam, e, com frequência, essa fricção provocada pela ausência intencional do Estado em certos territórios, concomitante ao exercício da força e do controle que o Estado aplica nesses mesmos territórios com os quais não contribui de maneira efetiva, provoca movimentos de resistência política e cultural. Nesse processo, se consolidam os corpos-territórios em coletividades que contrariam a norma imposta pela hegemonia, e podem, assim, criar outras possibilidades para seus territórios e suas vidas. No que diz respeito aos corpos confinados e domesticados pela matriz de dominação, o furo nessa matriz acontece, em parte, porque o corpo que se torna território se contrapõe ao confinamento doméstico, já que foge do contorno individual da cidadania escamoteada, e da exploração ocultada na forma de serviço natural (GAGO, 2020, p. 128).

AS FINANÇAS COMO TERRITÓRIO

A América Latina, conforme já pontuado anteriormente, é cenário de formas específicas de extração de valor, de matéria-prima, força de trabalho precarizada ou não remunerada. Não é diferente em relação à dívida, que aqui, extrai valor das economias consideradas historicamente não produtivas, e está constantemente criando formas novas de extração através da exploração dos trabalhos precários e informais, e a partir da moralização das “existências desprezadas nas ordens de gênero”(VILAÇA; FREITAS, 2020, p. 240). Ou, seja, podemos ver, a partir da captura de valor feita pela dívida, “uma certa articulação entre reprodução e produção que tem a família heterossexual como núcleo e a superexploração como trama contínua” (ibid.).

O movimento feminista, sobretudo na América Latina, traz nas suas discussões a problemática da financeirização das classes populares como mecanismo de exploração dos seus territórios e das mulheres desses territórios. A economia feminista inclui a divisão sexual do trabalho e os modos de opressão do desejo na noção de economia, ampliando-a e pontuando a necessidade de falar da economia a partir das mulheres, já que sem elas não existe economia. Dessa forma, a economia feminista enquanto abordagem para a leitura das dinâmicas financeiras atuais, aponta para o lugar concreto do atual diferencial de exploração: a reprodução, revelando, assim, o lugar do trabalho das mulheres nas relações sociais. Dessa forma, afirma-se metodologicamente através da leitura feminista que as mulheres e os corpos feminizados não são um apêndice a se incorporar na análise econômica, sendo uma leitura que reformula a análise econômica como um todo (GAGO, 2020, p. 143-144).

Através do endividamento, as forças hegemônicas praticam parasitismo sobre recursos comuns, praticando terror financeiro e se apropriando da temporalidade futura. Na renovada máquina de exploração colonial-moderna as relações de trabalho se mantêm pela dívida, e não pela estabilidade. Os dispositivos financeiros se tornam verdadeiros mecanismos de colonização da reprodução da vida, em que a dívida provoca uma economia da obediência que facilmente se torna uma economia da violência na qual geralmente se repetem os grupos sistematicamente violentados, bem como os grupos detentores do poder. As finanças invadem e colonizam a esfera da reprodução social através da diminuição cada vez maior das atribuições do Estado, e através do endividamento massivo conseguem penetrar nas economias assalariadas e populares de diferentes maneiras.

Uma dessas maneiras é através da falsa inclusão de grupos sociais sistematicamente excluídos através do incentivo das classes populares ao consumo — a ideia de cidadania por consumo (GAGO, 2020, p. 160) — que se torna mais acessível devido às possibilidades atuais de endividamento; outra maneira é através da renda cronicamente instável, que instaura o endividamento de maneira continuada. Existe também o incentivo, nas economias assalariadas e nas populares, às “novas formas de trabalho, empreendedoras, autogeridas que surgem nos setores populares e empobrecidos em paralelo à sua sentença enquanto populações excedentes ou restantes” (CAVALLERO; GAGO, 2021, p. 29).

A feminização da precarização das economias populares pode ser compreendida como de caráter quantitativo, já que mulheres são a maioria das chefes de família, inclusive em famílias ampliadas e agregadas, e caráter qualitativo, “em relação ao tipo de tarefas que são executadas e que também tem a ver em sua maioria com trabalhos de cuidados comunitários, (...) de produção de infraestrutura de serviços básicos para a reprodução da vida” (ibid., p. 29-31). O empobrecimento nos bairros urbanos populares tem sido sistematicamente imposto pelo neoliberalismo às mulheres através de um processo de moralização, exploração multifacetada e continuada.

A culpa e a individuação são forças coercitivas que mantêm os regimes de violência sexual, existindo uma moralização imposta às mulheres que não se submetem ao modelo

heteronormativo de família. A dívida traduz o encarecimento e a financeirização dos serviços básicos, impulsiona o consumo popular mediado por juros exorbitantes que destroem “a vida doméstica, a saúde e os laços comunitários” (VILAÇA; FREITAS, 2020, p. 239), que flexibiliza as condições de trabalho pela necessidade de poder pagar a dívida, aumentando o poder de exploração de mão-de-obra das economias ilegais. É urgente olhar para as economias populares, pois essas funcionam como tecido reprodutivo e produtivo e, “como tais, põem em debate as formas concretas de precarização das existências em todos os planos” (ibid.). Ler a dívida a partir de uma lente feminista permite que se compreenda e se mapeie as formas de trabalho a partir desse ponto de vista, visibilizando os trabalhos comunitários, domésticos e reprodutivos como espaços valorizados pelas finanças para exploração (CAVALLERO; GAGO, 2021, p. 27).

Como resposta estão diversas experiências coletivas populares, inclusive as experiências feministas comunitárias autônomas das panelas nas ruas (CAVALLERO; GAGO, 2021, p. 39), que devolvem ao comum as demandas e necessidades de um grupo que se organiza a partir de si e do trabalho reprodutivo não remunerado na matriz moderna/colonial, mas essencial para manutenção da vida. Passa a existir, assim, uma coletivização do cuidado que, ainda que executado por um grupo específico, chega mais perto de ser democraticamente distribuído. Essas experiências se materializam organizadas de baixo para cima, e partem, justamente, das sobreposições de vulnerabilidades corpo-territoriais: quando mulheres exploradas em territórios latino-americanos se organizam politicamente para denunciar a exploração a que são sistematicamente submetidas. Enquanto se organizam e coletivizam as práticas que a colonização enclausurou, constroem outras formas de reprodução da vida individual e comunitária, fugindo do padrão universalizado imposto como única alternativa. Se potencializam lutas e constroem conhecimentos coletivos de forte caráter cultural, pois valorizam os conhecimentos localizados. A inversão da lógica de produção e reprodução a partir das mulheres do Sul se constrói como metodologia feminista contra-colonial criada na prática e com muito a contribuir para outras maneiras de se produzir saberes, inclusive dentro dos espaços legitimados de construção do conhecimento.

Na discussão sobre a resistência das economias populares aos processos de extração é relevante discutir também a economia solidária, concebida como alternativa superior ao capitalismo por intencionar uma vida melhor às pessoas que se propõe a aderir-lá. Dentro desse modelo, para ser possível uma sociedade com predominância da igualdade entre membros, essa deve de ser fundamentada na solidariedade no lugar da competição, na associação entre iguais — cooperados ou associados — substituindo o contrato entre desiguais — patrão e empregado —, na prática da autogestão no lugar da heterogestão — substituição da hierarquia pela administração horizontal por assembleia. Todos os aspectos de organização e reprodução da economia solidária falam de uma outra possibilidade de vida, ou melhor, da possibilidade de manutenção da vida através da cooperação, em contrapartida ao extrativismo ampliado que hoje toma conta de maneira cada vez mais parasitária.

Para Luciana do Lago (2022, p. 220), a economia solidária é uma construção possível, necessariamente transdisciplinar, que pertence a um campo político e acadêmico anticapitalista que emerge de um conjunto de práticas socioeconômicas populares diversas que tem forte enraizamento territorial. Isso diz de “compreender que de todo grupo humano podemos fazer e construir comunidades”(CARVAJAL, 2020, p. 205) propostas como alternativa à sociedade individualista.

Além da sobrecarga que as classes populares enfrentam atualmente devido à dificuldade no acesso a direitos básicos, a falta de espaços comunitários e de espaços públicos de qualidade se somam à falta energia e tempo para se mobilizar em prol de transformações coletivas. Em contraste, as práticas autogestionárias e comunitárias trazem fortalecimento coletivo e identificação. No contexto de crises econômica e política profundas do Brasil de hoje, as experiências coletivas populares chamam atenção para a importância de se pensar sobre as práticas coletivas de aprendizagem das economias populares solidárias, que organizam o trabalho e a produção dos espaços populares em diálogo com as outras relações que se dão nesses territórios (LAGO, 2022, p. 220).

Essas práticas são um modo de compartilhar experiências e gerar novas possibilidades em seus próprios territórios e em comunidades parceiras à medida que existe a compreensão de objetivos comuns. Assim, fazem furo na cadeia de exploração da força de trabalho popular por agentes hegemônicos externos e, a partir daí, possibilitam outras formas de viver e atuar nas suas famílias e comunidades, transformando o objetivo do trabalho como um todo. “É na dialética entre experiências práticas incorporadas no cotidiano popular e aquelas inovadoras, que esse projeto pode avançar” (LAGO, 2022, p. 226).

Ao longo das últimas décadas, num quadro de grave crise econômica e diminuição dos empregos assalariados, houve uma política-propaganda de ressignificação do trabalhador autônomo como empreendedor competitivo, política implantada, sobretudo, através dos incentivos federais ao microcrédito e à capacitação para o empreendedorismo. Enquanto a grande alternativa oferecida ao desemprego massivo e à redução das responsabilidades do Estado é o incentivo ao autoemprego no empreendedorismo e mercantilização da vida, a resposta é de mais endividamento para as classes populares.

Para que a população crie confiança em estratégias coletivas que se fortaleçam como oposição à matriz de dominação é necessária a “formação de identidades coletivas em torno de interesses e projetos comuns, seja no lugar de trabalho, seja no lugar de reprodução cotidiana da vida” (LAGO, 2022, p. 235). É preciso ter esse olhar crítico às maneiras de reprodução do capital e todas suas ferramentas de renovação. Dizer não ao projeto liberal também é compreender que “a empresária é a figura complementar à vítima. Os dois lugares propostos como subjetivação pelo neoliberalismo que se quer lavar de rosa. A resposta feminista é uma rejeição: não somos vítimas nem empreendedoras” (CAVALLERO; GAGO, 2021, p. 41).

TRABALHO, GÊNERO E TERRITÓRIO: UM TRABALHO DE COSTURA

O fio que traçou o estudo de caso efetuado foi um conjunto de entrevistas-conversas feitas a partir da noção de um conjunto de coisas que eu acreditava ser importante saber, e que me serviu como guia para realizar as entrevistas com as trabalhadoras. Para tal, partiu-se de um método de pesquisa composto, majoritariamente, por uma escuta etnográfica (SEGATO, 2021, p. 85) na qual considerou-se que os 'objetos' de estudo, "na perspectiva epistemológica e ideológica tomada, mais adequado é tratá-los como sujeitos da pesquisa" (MARZULO, 2007, p. 59). Essa escuta etnográfica foi importante para ser possível valorizar os saberes localizados, já que "há muito o que fazer em termos metodológicos para trazer à tona o olhar da mulher sobre o território" (SANTORO, 2008, p. 16).

O caso de estudos, conforme mencionado anteriormente, é de uma cooperativa de costureiras localizada no extremo norte da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A cooperativa Univens foi fundada em 1996 por um grupo de mulheres que necessitavam trabalhar de forma remunerada e já estavam envolvidas em um certo grau de organização coletiva devido às mobilizações populares em razão do Orçamento Participativo (OP), que na época estava em pleno funcionamento. Hoje, com 27 anos de trajetória, a cooperativa de costureiras se desdobrou em outras infraestruturas: uma escola de educação infantil autogerida dentro da comunidade; a associação comunitária que gere o banco comunitário, que possui moeda social e várias outras formas de atuação na comunidade; a rede nacional Cooperativa Central Justa Trama, da qual a Univens é fundadora e integrante, que produz roupas, acessórios e brinquedos de algodão agroecológico, tendo toda a cadeia produtiva formada por cooperativas da economia solidária.

O OP serviu, em alguma medida, como um impulso para a busca pela criação da cooperativa, tanto pelo movimento em coletividade que já acontecia, como pelo fato de elas já terem conquistado, enquanto comunidade, infraestruturas básicas urbanas, como rede de água, esgoto, pavimentação, melhores condições de mobilidade, além da experiência diversa acumulada através das lutas no OP.

Essa noção de um "todo" já é muito presente no dia a dia das mulheres por serem as responsáveis pelo trabalho reprodutivo, de cuidado, e administração doméstica, e, nesse caso, ficou ainda mais aguçada à medida que a cooperativa ia conquistando mais autonomia. Isso parece ser um ponto-chave da sua trajetória, pois demandou e ainda demanda um processo contínuo de compartilhamento de aprendizados e acarreta um fazer ativo e atento às necessidades, sejam as necessidades do cliente ou as necessidades de quem produz, sendo esse último frequentemente negligenciado em espaços produtivos hierarquizados. A atenção às próprias necessidades enquanto trabalhadoras, tanto individuais quanto do grupo, e o respeito às necessidades da família de cada uma também facilitam a permanência no trabalho, além do exercício de um pensar as necessidades da comunidade, um pensar "local", e das outras pessoas e do meio-ambiente, um pensar mais "global".

A territorialização que instigou a pesquisa acontece de diversas formas através das relações que existem entre as mulheres da cooperativa e a comunidade. Me parece que o nó que amarra os processos que ali acontecem é a própria territorialização — essas mulheres enquanto coletivo estarem territorializadas é o que permite que os processos aconteçam de maneira positiva. O *envolvimento* da comunidade acontece porque ele já existe, pensar o corpo-coletivo é uma prática. Claro que nem todos se envolvem, mas existe envolvimento o suficiente para que as práticas sejam positivas, continuem acontecendo, beneficiando e se multiplicando. A forte relação com o local é nítida e consciente, está nas falas das cooperadas, na maneira como elas se referem à comunidade, à cooperativa, sempre coletivizando e fazendo parte do que acontece: *aqui, nós, aqui na Vila, moro aqui do lado*, etc. Diz da importância de ter um lugar, um grupo com o qual haja uma identificação mais profunda, onde se conheça melhor as demandas e potencialidades e seja possível fazer transformações significativas.

O bairro onde se localiza a cooperativa é um bairro industrial, e a comunidade onde se localiza foi ocupada nos anos 70 devido ao crescimento populacional muito maior que o habitacional, sobretudo para famílias de baixa renda que trabalhavam nas indústrias locais. Conversando com as cooperadas também foi possível perceber essa relação: algumas, em geral as de mais idade, trabalharam na indústria ou tem familiares que trabalham/trabalharam; algumas foram morar em Porto Alegre ou região metropolitana devido aos empregos no setor, muitas vezes onde os seus pais trabalharam. Das trabalhadoras mais jovens muitas trabalharam no comércio ou em outros serviços; e na fala da maior parte do grupo aparecia alguma pessoa de relação familiar próxima que trabalha de maneira precarizada e/ou autônoma: motoristas de aplicativo, prestadores de serviços elétricos/hidráulicos, microempreendedores, entre outros. Trago esses aspectos para salientar alguns pontos que considero relevantes:

(a) Existe essa transição temporal de um bairro “operário” para um bairro de classes populares à medida que se enfrenta a diminuição de mão-de-obra industrial, a precarização trabalhista, a não inserção de gerações mais jovens no mercado de trabalho formal, o incentivo ao autoemprego pela propaganda neoliberal. Também pontuo a falta de espaços públicos e equipamentos urbanos da Vila e seu entorno como uma das maneiras em que se sobrecarrega a individualidade dos moradores, e o suporte que se tem para essa carência vem, muitas vezes, da cooperativa e/ou do banco comunitário — a cessão de espaços da cooperativa para atividades da associação comunitária, para eventos do posto de saúde, a luta pela instituição da escolinha, as atividades de pintura de muro na comunidade.

(b) Apesar de a região ter sido contemplada durante o OP através da luta feita pelas moradoras e moradores com infraestrutura urbana básica, fazendo com que a Vila Nossa Senhora Aparecida, a vila onde a cooperativa se localiza, não tenha o estereótipo de *vila* que temos no nosso imaginário, uma rua paralela à rua da cooperativa, localizada aos fundos da mesma, não tem a mesma infraestrutura, tendo sido a única via da região que não foi pavimentada à época, mesmo tendo sido ocupada antes de o OP existir. Segundo as trabalhadoras da cooperativa, na época foi dada alguma justificativa técnica para que a via

não fosse pavimentada. Além disso, oficialmente, essa via não faz parte da vila N. Sra. Aparecida, no ObservaPOA¹ ela ainda consta como aglomerado subnormal, sendo uma vila à parte. Para as moradoras da V. N. Sra. Aparecida, a via em questão faz parte da Vila N. Sra., e a população que ali reside compõe parte significativa dos atendidos pelas atividades e benefícios ofertados pela cooperativa e pelo banco comunitário. Isso é relevante no sentido de conformarem em conjunto uma região de classes populares onde a identificação é de um “nós”, e as margens *formais* e *institucionais* não importam para as moradoras e moradores e para a atuação da cooperativa e do banco comunitário.

Em relação às questões referentes aos corpos-territórios das mulheres, também é importante discutir algumas coisas. Enquanto os corpos masculinos-cis-brancos podem e são neutralizados em discursos, o corpo-território tem corporalidade marcada e impossível de ser abstraída, tendo, por princípio “a marca de sua capacidade de combate: de cuidado, cura, defesa e fortalecimento, simultaneamente” (GAGO, 2020, p. 123). Esse combate através do cuidado, da defesa e do fortalecimento é bastante presente na maneira que se estrutura o trabalho das cooperadas, bem como na maneira que são organizadas as atividades comunitárias e assistência comunitária através do banco comunitário, principalmente.

Acredito que exista um rompimento do cerco em andamento para o grupo de trabalhadoras: elas têm renda própria, saem de casa para trabalhar, conversam sobre os assuntos relacionados às questões de gênero no ambiente de trabalho e muitas vezes levam os assuntos para casa; contudo, muitas ainda desempenham papel central nos trabalhos de cuidado nas suas residências. Ainda assim, a maneira que se organizam com o trabalho na cooperativa e a importância que esse trabalho tem nas suas vidas indica que existe uma distribuição menos desigual do cuidado nas suas famílias. O horário de trabalho e a proximidade com o espaço de trabalho fazem muita diferença na vida da maioria delas, para que possam ir em casa fazer almoço e voltar com calma. As que trouxeram relatos de uma rotina mais sobrecarregada são as mais envolvidas com cuidado com crianças pequenas (filhos/as ou netos/as) e que não tem uma rede de apoio suficiente para tais funções porque a própria rede também é sobrecarregada. Isso demonstra que “considerar gênero como questão estruturante não é focalizar na mulher, é para pensar o direito para todos” (SANTORO, 2008, p. 15).

Na relação com cuidados com filhos/as, apesar de não ser possível resolver todas as demandas de todas as envolvidas, a escola de educação infantil da comunidade e os cursos de capacitação oferecidos pelo banco comunitário desempenham, de certa forma, um processo de rompimento do cerco para mulheres da comunidade que não trabalham na cooperativa, ao propiciarem, através da escola, que tenham como deixar suas crianças na escola durante o dia em período integral para poderem trabalhar fora de casa; e através do banco efetuarem algum curso de capacitação para que possam desempenhar um trabalho remunerado que seja mais valorizado. Isso demonstra uma relação mais próxima que mulheres e movimentos de mulheres tendem a ter com o “associativismo local, ou seja,

forças associativas de expressão local ou comunitárias” (MARX; SCAPINI; WINCKLER, 2020, p. 48).

A relação próxima que existe entre o conjunto cooperativa Univens/banco comunitário/central Justa Trama e a comunidade, e o trabalho de assistência comunitária e social que o banco efetua, ou a aproximação que acabam promovendo entre a comunidade e o posto de saúde, acaba por desempenhar um papel semelhante ao que o Estado sistematicamente vem abdicando de fazer em troca de promover a financeirização das classes populares. Também se cria uma rede de cuidado comunitário coletiva ao se ter um ponto de referência na comunidade onde se consegue informação, acolhimento, apoio e cuidado, que se consolida na forma de cooperação social para além das hierarquias dicotômicas e que mapeia “a heterogeneidade contemporânea do trabalho vivo, de todos aqueles que persistem contra os despojos e as novas formas de exploração” (GAGO, 2020, p. 122).

A meu ver existe uma sobrecarga de trabalho por parte das trabalhadoras da cooperativa que se envolvem mais com a associação comunitária. Considero um trabalho de cuidado numa escala macro, um trabalho de cuidado que extrapola os limites da casa. Ao mesmo tempo, é uma maneira de distribuir o trabalho reprodutivo que ficaria muito concentrado nas mulheres das famílias de renda mais baixa da comunidade: as mulheres da cooperativa que tem uma estabilidade maior (atualmente) e melhores condições financeiras e de trabalho assumem parte desse cuidado comunitário. Parece uma ideia de contribuir conforme se pode, pensando sempre em coletividade e para a coletividade.

Nesse sentido a liberdade para poder se envolver conforme suas possibilidades também é um ponto importante no sentido da cooperação, da valorização do trabalho comunitário, e do respeito às diferenças. Conhecer os limites do próprio corpo — no sentido de o quanto se pode fazer, mas sobretudo de dizer: a partir daqui é meu corpo, e eu tenho o direito de decidir sobre esse corpo que é meu — ajuda a traçar relações saudáveis em todos os âmbitos e permite que essa ideia seja transmitida adiante. A ideia não é de individualizar as experiências e abrir espaço para a produção neoliberal de vítimas ou guerreiras empreendedoras, mas de compreender a importância de se respeitar a individualidade e ter isso como mecanismo de inclusão. Um dos grandes erros que se cometem em processos de luta por direitos é pensá-los pelo que é comum a todos, porque se tem um senso comum de que pensar sujeitos com maiores especificidades é pensar políticas ou ações demasiadamente específicas. Vejo isso como um grande engano: penso que quando pensamos em alternativas de acesso a direitos e à cidadania de sujeitos com características consideradas muito particulares (o que também é um engano que cometemos muito frequentemente, o de achar que situações não-homogeneizadas são particulares, muitas vezes são apenas invisibilizadas) permite construir em comunidade (de bairro, coletivo, grupo) a dissidência, seja criando mecanismos anti-dívida, ou furando a bolha invisível da domesticação com outras formas de ação. É importante,

aqui, destacar a ação, o movimento, agir, ser agente dessas construções. Não existe rompimento da hegemonia na obediência.

Nesse sentido, a questão da dívida é um ponto nodal dessa discussão, e se apresenta assim cada vez mais devido ao impacto do processo de endividamento das últimas décadas, junto da bancarização compulsiva: existe a necessidade de uma fuga, de uma ruptura com esse sistema que coopta grupos fragilizados e que não possuem condições de traçarem o mapa de saída desse labirinto da exploração financeira. Devido a isso, se reforça aqui a potência da aproximação entre as economias populares e a economia feminista, que, com o caso de estudos, ficou evidente na prática. Essa afinidade diz da politização da reprodução social a partir da prática desde dentro da crise, na qual a reprodução social se manifesta como compensação e, simultaneamente como crítica ativa ao déficit de infraestrutura pública. Essa construção de infraestrutura comum para prestação de serviços tidos como básicos, mas que na prática não são tratados como tais é bancada em grandes proporções pelas classes populares nos seus territórios (GAGO, 2020, p. 157-158).

Essa relação de proximidade entre a economia feminista e as economias populares pode ser vislumbrada na prática da cooperativa mesmo que ela não tenha a concepção de economia feminista em sua organização de maneira concreta, já que sempre esteve caracterizada de saberes e das práticas feitas pelas mulheres nas suas famílias e comunidades, das experiências, desafios e preocupações que geralmente fazem parte da experiência feminina e dos corpos feminizados. Essa prática carregada de saberes, unida à manutenção de uma escala local das organizações ali germinadas, e ao investimento nas conexões com outras comunidades e organizações, está entre as características ali presentes que considero de extrema relevância para a resistência próspera da cooperativa e seus desdobramentos ao longo dos anos, mesmo com tantos desafios em constante transformação característicos dos efeitos da modernidade tardia. Por exemplo, o banco comunitário da Vila não virou banco comunitário do bairro, mas elas prestam auxílio a duas comunidades vizinhas no processo de início dos seus próprios bancos comunitários. O compartilhamento das experiências, o auxílio em processos complexos, o ato de mostrar aspectos nos quais não obtiveram êxito e de partilhar as sabedorias que podem melhorar a caminhada de outras comunidades e outras pessoas, sem necessariamente aglutinar grupos, torna mais palpável o enfrentamento de desafios que aparecem. Como os desafios estão mais próximos, as soluções ficam mais acessíveis.

Outra parte essencial para a continuidade de uma organização comunitária e que ficou nítida na investigação feita na cooperativa é a horizontalidade e, em adição a essa, a comunicação aberta e contínua. É necessário o investimento de tempo e energia no diálogo para que se conheçam os desafios e modos de superá-los. Isso também se relaciona com a ideia de manter as organizações de um tamanho possível de se autogerirem, pois caso elas se expandam para além da sua possibilidade de autogestão, a verticalização inevitavelmente ocorre, e aí se perde parte importante do processo. Não existe receita universal, por isso a

importância de reconhecer o que as cooperadas tem para partilhar através das entrevistas-conversas efetuadas como fonte de saberes válidos e relevantes para a construção do conhecimento sobre o assunto.

Foi possível perceber ao ter uma maior proximidade com o banco comunitário sobre a preocupação que ali existe com o acesso a vários direitos, sem que as famílias beneficiárias fiquem vinculadas à uma moralidade devedora (CAVALLERO; GAGO, 2021, p. 34), que muitas vezes acontece através da dívida financeira e através das 'soluções' que são propostas atualmente para a pobreza. A maior parte das atividades promovidas pelo banco comunitário podem ser consideradas ferramentas anti-endividamento: desde a distribuição de cestas básicas, que garante gratuitamente uma parte da alimentação das famílias em maior vulnerabilidade financeira, sem ser necessário comprometer a temporalidade futura (CAVALLERO; GAGO, 2021); os empréstimos sem juros e auxílios para compra de materiais para trabalho, como máquina de costura, que oferecem alternativas que não passem pela necessidade de bancarização de famílias de baixa renda, sobretudo as mulheres; as capacitações e oficinas, por propiciarem que as/os moradoras/es da vila acessem trabalhos mais bem remunerados e possam ter maior consciência dos seus direitos; a moeda local ao incentivar a vitalidade dos pequenos comércios, fazendo com que o dinheiro dos moradores circule mais dentro da vila e seja menos parasitado por grandes empresas, e incentivando ruas mais vivas e diversas, fachadas ativas, e facilitando a possibilidade de condições financeiras melhores a quem mora ali.

Percebi que a moeda não atingiu ainda um grau de circulação e adesão que permita que todos esses objetivos se realizem de maneira sólida e extensa, mas ela foi implementada há aproximadamente sete anos, e é uma ferramenta que demanda mais prazo para adesão, adaptação e compreensão da sua importância. Já se atingiu, contudo, um ponto relevante de adesão à moeda que é a procura pela adesão à mesma por parte dos comerciantes da Vila, porque entendem que é positivo para o seu negócio oferecerem essa alternativa aos clientes, já que existe demanda.

Em todas as entrevistas, atividades e conversas das quais participei ou acompanhei, não houve nenhuma fala ou comentário que desse a impressão de que ali existe uma moralização da dívida, ou alguma outra violência a que frequentemente são submetidas pessoas, sobretudo mulheres e pessoas feminizadas, de classes mais baixas, que buscam auxílio financeiro. Também não presenciei nenhuma ação que buscasse individualizar o problema da falta de renda. Inclusive, nas ações mensais de entrega das cestas básicas às famílias beneficiadas, além de existir uma assembleia, que conta com uma palestra, oficina ou atividade, para as quais a comunidade pode solicitar temáticas, existe uma intenção muito clara de reunir continuamente um grupo que tem uma questão em comum e querer que essas pessoas sejam voz ativa dentro do próprio grupo e se organizem coletivamente, ali, mas também fora.

As frentes anti-endividamento também se inserem na ideia de anti-extrativismo, no caso, extrativismo financeiro. O trabalho cooperativo e as capacitações profissionais podem ser considerados aspectos anti-extrativismo de mão-de-obra por valorizarem as trabalhadoras que são de periferia popular. Ainda, a Justa Trama, através do uso do algodão agroecológico e do uso total dos tecidos, atua de maneira anti-extrativismo de matéria-prima. Ao ter todas essas atividades e frentes de cuidado com a comunidade que geram, também, uma centralidade no espaço da cooperativa, vai se tornando possível que mais pessoas sejam cuidadas, e mais pessoas cuidem.

Ainda, por mais que, no caso da Univens, os aspectos estruturantes da economia solidária que consolidaram a cooperativa possam não estar claros para todas as cooperadas, estes se fazem presentes em todo o processo. Nem todas as cooperadas entendem a diferença que compor um empreendimento da economia solidária faz para elas, mas elas sabem que elas trabalham para elas mesmas, que elas têm autonomia e poder de decisão, além de serem pessoas que são sujeitos ativos, dentro e fora daquele ambiente.

Podemos relacionar isso ao trabalho que é feito na Vila Nossa Senhora Aparecida, desde as alternativas que o banco comunitário oferta, até a questão ambiental e agroecológica da Justa Trama. Contudo, um aspecto que se destacou ao meu olhar foi uma certa sobrecarga administrativa que existe por parte da Cooperativa Univens na gestão da Cooperativa Central Justa Trama. Existem os elos, cada elo formado por uma cooperativa, que compõem a Justa Trama, mas não existe um elo exclusivamente administrativo, e quem faz esse trabalho é a Univens e as funcionárias contratadas para trabalhar na Justa Trama, que são remuneradas via apoio de parceiros e da Unisol. Me parece que em parte isso se deve ao processo de criação da Justa Trama, que teve forte relação com Fóruns Sociais Mundiais e Fóruns de Economia Solidária realizados em Porto Alegre, e com a própria experiência que se constituiu ali através do Orçamento Participativo.

Foi possível perceber que o que diz respeito à tomada de decisões é feito de forma bastante democrática e com envolvimento de todos os elos, e que existe um incentivo à essa participação através das reuniões mensais realizadas de forma online com todos os membros da diretoria da Justa Trama, que é composta por pessoas de todos os elos, e as reuniões semestrais realizadas presencialmente com alternância dos locais de realização, justamente para que haja uma compreensão maior das necessidades locais, e também que se divulgue o trabalho que a cooperativa local e a Justa Trama realizam nos locais onde ela está presente.

Dentre os aprendizados construídos a partir do compartilhamento que foi feito por parte das cooperadas está a revelação indireta da potência que os territórios, seu desenho e características tem de “permitir e potencializar a realização das atividades que sustentam a vida cotidiana, coletiva e comunitária, sobretudo na conjugação entre as esferas público/privada e política/doméstica” (HELENE, et al. 2022, p. 92).

A relação que as mulheres da cooperativa têm com a Vila, com a comunidade, tem extrema concordância com a ideia-força de corpo-território, “corpos experimentados como territórios

e territórios vividos como corpos” em que não se toma o “eu como ponto de partida” (GAGO, 2020, p. 107-108) e que revela corpos compostos de afetos, recursos e possibilidades que não são individuais. Deste modo, fica ainda mais saliente a importância de se dar visibilidade às narrativas femininas que são resistência frente aos processos de espoliação do comum, já que essas reposicionam os estudos urbanos, impulsionando que estes reconheçam as dissonâncias como parte da vida urbana, contrariando os projetos e planejamentos de cidade modelados pelas matrizes homogeneizantes e universalizantes que apagam as multiplicidades e diferenças de maneira sistemática (CARON; TAVARES; MARINHO, 2022, p. 75): “é a partir dessa dissonância que talvez seja possível assumir o corpo-território como horizonte para criação de cidades que acolham a vida em todas as suas manifestações” (ibid.). A partir de um entendimento mais amplo do comum, que deixa de ser o pequeno ponto de interseção entre todas as dissidências que conformam os territórios, sobretudo os populares, e passa a ser a potência criativa de resistência que é gerada quando os territórios se abrem para todas as diferenças coexistirem sem cair na falácia neoliberal que tenta individualizar esses processos para esvaziá-los e inseri-los no seu mundo competitivo e precarizado, a transformação comunitária “desde baixo”, necessariamente com as mulheres, com as comunidades negras, com as crianças, aos poucos, se fortalece, podendo até fortalecer comunidades vizinhas, multiplicando ferramentas de transformação comunitária com capacidade de re-existir apesar das forças hegemônicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação aqui apresentada, em seu desejo de propor uma interseção de discussão teórica e de pesquisa social que buscou uma compreensão mais profunda sobre os processos de territorialização oriundos das dinâmicas impostas pelas condições de gênero e pela prática de trabalho remunerada em territórios periféricos, revelou, acima de tudo, o altíssimo potencial de contribuição das práticas coletivas populares para os espaços reconhecidos da produção do conhecimento. Não apenas o estudo de caso permitiu uma compreensão mais abrangente das implicações que organizações femininas coletivas tem nas comunidades onde atuam direta e indiretamente, como trouxe aspectos em conformidade com os estudos teóricos que fundamentaram o trabalho de pesquisa. Para além de estarem em concordância temática e metodológica, isso diz respeito de terem sido escolhidas produções textuais situadas em América Latina e que consideram as diversidades e multiplicidades como estruturantes da existência e resistência periférica na modernidade tardia, considerando, ainda, a relevância de se discutir essas questões a partir do olhar, da voz e do percorrer das mulheres nas cidades. A relevância quase imensurável das experiências comunitárias para as discussões muito urgentes no planejamento urbano no que diz respeito a construção de um futuro possível a partir das condições atuais de precarização generalizada da vida e concentração de renda cada vez maior, se unindo à problemática das questões de gênero no espaço urbano, situam a necessidade de os estudos urbanos partirem de temáticas interseccionais que possam dar conta de parte da complexidade que se apresenta.

REFERÊNCIAS

- CARON, Daniele; TAVARES, Bruna Bergamaschi; MARINHO, Bárbara Rodrigues. Ela fala, eu escuto: prefigurações urbanas do devir-mulher. *Projectare: revista de arquitetura e urbanismo*, Pelotas, v. 1, n. 13, p. 61-76, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Projectare>. Acesso em: 11 mar. 2024.
- CARVAJAL, Julieta P. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 199-210.
- CAVALLERO, Luci; GAGO, Verónica. Uma leitura feminista da dívida: vivas, livres e sem dívidas nos queremos. 2. ed. Porto Alegre: Criação Humana, 2021. 136 p. ISBN 9788588022799.
- CYMBALISTA, R.; CARDOSO, P. M.; SANTORO, P. F. O Plano Diretor Participativo e o direito das mulheres à cidade. São Paulo: Instituto Pólis. 2008.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes. *Etnografías comparadas*. Tradução María Serrano e Marta Arranz. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, Madrid (GERI – UAM), n. 8, p. 19-52, junho, 2008.
- GAGO, Verônica. A potência feminista ou o desejo de transformar tudo. 2020. São Paulo: Ed. Elefante.
- HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): Contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, Niterói, v. 22, ed. 48, p. 75-90, 2020. DOI <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100/24532>. Acesso em: 20 maio 2024.
- HELENE, Diana; et al. Um ensaio sobre a urbanização capitalista como tecnologia: colonialidade, racialização e cis-hétero-patriarcado. In: J. Kleba; C. Cruz; C. Alvear; (Org.) *Engenharias e outras práticas técnicas engajadas – Vol. 3: Diálogos Interdisciplinares e decoloniais – Campina Grande: EDUEPB*, 2022. p. 65-102.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNAD contínua) 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- LAGO, Luciana Côrrea do. Economia solidária, tecnologia e cidade. In: J. Kleba; C. Cruz; C. Alvear; (Org.) *Engenharias e outras práticas técnicas engajadas – Vol. 3: Diálogos Interdisciplinares e decoloniais – Campina Grande: EDUEPB*, 2022. p. 219-244.
- MARX, Vanessa; SCAPINI, Gabriela Luiz; WINCKLER, Joana. OS MOVIMENTOS DE MULHERES NO BRASIL E A RELAÇÃO COM A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (2003 -

2015). *Conjuntura Global*, [s. l.], v. 9, ed. 2, p. 41-57, 2020. DOI 10.5380/cg.v9i2.73014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/73014>. Acesso em: 10 maio 2023.

MARZULO, Eber. *Espaço dos pobres. Identidade social e territorialidade na modernidade tardia*. IPPUR/UFRJ: Tese de doutoramento, 2005.

_____. *Espaço dos pobres. Identidade social e territorialidade na modernidade tardia*. In: ARAUJO, F. G. B.; HAESBAERT, Rogério (org.). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. São Paulo: Access, 2007. p. 57-68.

SANTOS, Milton. "O território e o saber local: algumas categorias de análise". *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, ano XIII, nº 2, ago-dez, 1999. p. 15-26.

_____. *O retorno do território*. In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 15 jun 2024.

SANTORO, Paula Freire. *Gênero e planejamento territorial: uma aproximação*. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 16, 2008, Caxambu. São Paulo: Unicamp, 2008. p. 1 - 16.

SEGATO, Rita. *Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial-moderno de alta intensidade*. In: *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021, p. 85-120.

VILAÇA, M. .; FREITAS, B. A potência dos feminismos na luta contra a razão neoliberal na América Latina: uma entrevista com Verónica Gago. *Política & Trabalho: revista de ciências sociais*, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 231-245, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n52.52403. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/52403>. Acesso em: 23 jul. 2024.

¹ https://www.google.com/maps/@-29.9883197,-51.1198414,1654m/data=!3m1!1e3!4m2!6m1!1s12vy0QutnA4ZT4ljDCZuF2-bVSkw?entry=tту&g_ep=EgoyMDIOMDgyMS4wLXMDSoASAFQAw==